

Projeto que garante exame gratuito de DNA vai à Câmara

Aprovada pela CCJ em caráter terminativo, proposta prevê gratuidade do exame de DNA em processos judiciais para reconhecer paternidade.

PÁGINA 5



Ornélas (C), o deputado Luiz Antônio Medeiros (E) e o senador Iris Rezende: segundo o ministro, para cada real de aumento do salário mínimo, a Previdência gasta R\$ 99 milhões a mais por ano

Ornélas afirma que aumento maior do salário mínimo depende de ajuste fiscal

Ministro da Previdência Social, Waldeck Ornélas, depõe na comissão que analisa medida provisória e diz que toda a sociedade paga os custos adicionais provocados pelo impacto da elevação do mínimo sobre as contas do Tesouro Nacional

PÁGINA 3



O ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, pediu ao presidente do Senado, Antonio Car-

los Magalhães, agilidade na tramitação dos projetos que criam fundos de desenvolvimento tecnológico.

PÁGINA 2

PLENÁRIO DECIDIRÁ SE CONSELHO DE ÉTICA DEVE EXAMINAR DOSSIÊS DE ACM E JADER

O Plenário examinará na terça-feira requerimento do senador Roberto Freire propondo o encaminhamento das denúncias feitas pelos senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho ao Conselho de Ética do Senado e ao Ministério Público.

PÁGINA 7

Reunião da Mesa do Senado realizada na manhã de ontem decidiu encaminhar ao Plenário o requerimento do senador Roberto Freire



Ornélas exime Previdência de culpa pelo mínimo

Para ministro, ouvido na comissão mista que examina MP, a sociedade é que terá que arcar com as despesas causadas por uma elevação do salário que possa vir a comprometer ainda mais o caixa da seguridade social

O ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, afirmou ontem à comissão de deputados e senadores encarregada de examinar a medida provisória elevando o salário mínimo para R\$ 151 que "a Previdência não pode ser culpada" pelo reajuste, considerado insatisfatório pelos parlamentares. Para ele, a solução para aumentos mais elevados do mínimo "passa pelo equilíbrio das contas públicas":

— A sociedade, pelo Tesouro Nacional, é que terá de pagar a conta, seja um salário mínimo de R\$ 151, de R\$ 177, de R\$ 300 ou de R\$ 500 — afirmou.

Ornélas sustentou que a Previdência trabalhava com um déficit em suas contas de R\$ 10,8 bilhões neste ano e, com o aumento real de 5% dado ao salário mínimo, o déficit subirá em mais R\$ 1,45 bilhão até o final de 99. A Previdência paga aposentadorias equivalentes a um salário mínimo a 12 milhões de pessoas:

— Com as mudanças no sistema de aposentadorias aprovadas pelo Congresso, estamos equilibrando as contas da Previdência. Mas os números são claros: para cada real de aumento do salário mínimo, o gasto da Previdência sobe R\$ 99 milhões por ano — afirmou o ministro.

Durante os debates, o deputado Paulo Paim (PT-RS) apresentou documento dos fiscais da Previdência sustentando que a Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social) poderia ter um superávit anual de R\$ 23 bilhões caso o governo não desviasse para outros programas a arrecadação destinada pela Constituição ao sistema. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que, no fundo, "o governo faz

uma apropriação indébita" da arrecadação destinada à Seguridade Social.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) elogiou o trabalho de recuperação financeira da Previdência e o senador José Jorge (PFL-PE) observou que o equilíbrio do sistema será obtido graças ao "fator previdenciário" introduzido no cálculo das aposentadorias pagas pelo INSS, o qual estimula as pessoas a adiarem a passagem à inatividade.

Heloísa Helena (PT-AL) lembrou que a liderança do PMDB garantiu que só não votaria a favor de um salário mínimo maior por causa do "rombo da Previdência". "Agora, depois da afirmação do ministro Ornélas de que não se deve culpar a Previdência, nada impede então o PMDB de votar por um salário mínimo superior a R\$ 151", raciocinou.

O relator da MP, deputado Armando Monteiro (PMDB-PE), afirmou que, para os brasileiros, "pouco importa em saber se a conta do aumento do mínimo será paga pela Previdência ou pelo Tesouro"



Ministro Waldeck Ornélas exibe os números da Previdência, diante do presidente da comissão, senador Iris Rezende

e que, na verdade, existe uma restrição financeira do governo ao se conceder reajustes ao mínimo. "Estamos aqui falando de déficit da previdência dos empregados de empresas privadas, mas o déficit da previdência pública é que ocupa um espaço fiscal importante, pois um milhão de inativos exigem do governo R\$ 23 bilhões por ano", observou.

Ministro do Planejamento fala à comissão na terça

A comissão mista que discute a MP do salário mínimo ouvirá na terça-feira, às 10h, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. À tarde, o relator, deputado Armando Monteiro, apresentará aos deputados e senadores o seu parecer sobre a MP.

No início da noite de ontem, parlamentares da oposição, junto com o deputado Luiz Antônio Medeiros (PFL-SP), tentaram convencer os integrantes da comissão a dispensarem o depoimento do ministro do Planejamento e propuseram que a comissão vote o parecer do relator na segunda-feira. Com isso, seria possível o Congresso

votar a MP na terça. O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), discordou da proposta e considerou deselegante dispensar o ministro do Planejamento.

O deputado Luiz Antônio Medeiros afirmou que o governo "joga tudo" para que o Congresso não vote a MP na próxima semana, o que levaria à sua reedição, "quando o assunto terá esfriado".

Em entrevista à imprensa, o líder governista Arthur Virgílio disse acreditar que a MP "acabará sendo reeditada", pois a prioridade do Congresso, neste momento, "deve ser a votação do Orçamento deste ano".

Trabalhadores apresentam alternativas

Representantes de trabalhadores e aposentados apresentaram ontem à comissão propostas para elevar o valor do salário para R\$ 177, sem comprometer a estabilidade econômica.

Eles pediram que o governo aceite o diálogo e flexibilize a sua posição para chegar a um valor superior ao da MP.

A iniciativa do governo federal, na opinião do representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jairo Cabral, é inconstitucional por regionalizar o valor do salário mínimo, o que vai alimentar o

fluxo migratório para as regiões mais desenvolvidas. O combate à sonegação, continuou, é a forma de obter recursos para o aumento do mínimo. Segundo dados por ele apresentados, bastaria cobrar 7% da dívida de mais de R\$ 70 bilhões das empresas com a Previdência para aumentar o salário mínimo dos aposentados em R\$ 40.

Como alternativa, Cabral sugeriu que os juros sejam reduzidos em 1%, o que permitiria uma economia de R\$ 5 bilhões para o governo, além de trazer efeitos positivos para a

economia e o aumento da arrecadação previdenciária. "O salário mínimo não provoca déficit, mas sim os juros da dívida, a malversação dos recursos públicos e a corrupção", disse.



Cobrança dos grandes devedores, redução dos juros e estímulo à inclusão de mais contribuintes foram algumas sugestões levadas à comissão

O representante da Força Sindical, Luiz de Oliveira Rodrigues, condenou o governo por não estender os benefícios da estabilidade econômica aos trabalhadores e aposentados. Ele pediu que os ministros da área econômica estejam abertos à negociação sobre o valor do mínimo, que "não pode ser ditado de cima para baixo". Pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Canindé Pegado classificou como "irrisório" o aumento sugerido pelo governo. Ele calculou que o valor proposto significa um acréscimo de oito centavos por hora trabalhada, ou seja, insuficiente para "comprar um pão".

Representando o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita

Federal (Unafisco), Fátima Gondin apontou as distorções na arrecadação tributária que precisam ser corrigidas para combater a sonegação e ampliar a base de contribuintes, me-

lhorando a distribuição da riqueza. Ela defendeu a volta da alíquota de 35% para grandes salários e a equiparação das alíquotas tributárias de pessoa física e jurídica.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (Anfip) foi representada por Antonio Souza Neto, que apontou a Previdência

Social como o maior instrumento de combate à pobreza no Brasil. Na sua opinião, o governo deve incentivar o combate mais efetivo à sonegação e uma política que possibilite a inclusão dos mais de 37 milhões de trabalhadores excluídos da Previdência.

Em nome da Confederação Brasileira dos Aposentados (Cobap), João Rezende Lima criticou o fato de o governo pagar US\$ 10,6 bilhões em juros esta semana sem que isso cause "uma celeuma" como a criada em torno do aumento das aposentadorias. "O governo deveria procurar fontes de recursos para pagar os juros, mas não para dar um aumentinho desses para as aposentadorias. O que quebra a Previdência é o desemprego", declarou.

Relator: valor maior depende da fonte de custeio

O relator da comissão mista, deputado Armando Monteiro, disse que a questão do piso deve ser encarada com responsabilidade fiscal. Para ele, a comissão só poderá indicar um valor acima do já anunciado pelo governo caso haja efetivamente uma fonte de custeio. A previsão é de que até a próxima terça-feira o relatório seja apresentado.

Apesar de observar que o próprio governo já chegou a admitir que a chamada fonte de cobertura fiscal para que o salário mínimo ultrapasse os R\$ 151 ainda não está disponível, Armando Monteiro lembrou que a comissão está analisando o relatório especial da Câmara dos Deputados, que, conforme lembrou, indicou fontes alternativas:

— Estamos estudando o relatório para ver se estas fontes poderão ou não ser disponibilizadas — acrescentou. O deputado fez essas considerações durante audiência pública que

reuniu lideranças sindicais para tratar do assunto.

O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) disse ser favorável à regionalização do salário mínimo, por entender que cada estado ou município possui "a sua peculiaridade" para pagar ou não um salário acima do estabelecido pelo governo federal.

Ele entende que a Previdência Social não deve ser apenas administrada pelo governo. Segundo Agnelo Alves, é necessário que façam parte da sua administração, além da União, um representante dos empresários e um representante dos trabalhadores e aposentados. Somente dessa maneira, no seu entender, a Previdência brasileira poderia tomar novos rumos.

A regionalização do salário mínimo, na opinião do senador Paulo Souto, é uma experiência que necessita ser colocada em prática. A seu ver, essa descentralização vai ocasionar um aumento do mínimo em vários

estados, gerando o aumento da renda de milhões de brasileiros. Souto não acredita que a regionalização do salário mínimo provoque um aumento da migração:

— Ninguém vai se transferir de uma região para outra, como do Nordeste para São Paulo, por exemplo, para ganhar R\$ 20 ou R\$ 30 a mais — avaliou.

Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que o governo deve encontrar de imediato uma fórmula capaz de aumentar o salário mínimo para R\$ 177. Para ele, só falta vontade política para que o mínimo seja majorado, acrescentando que os recursos para isso já existem:

— Se o governo federal disponibilizou cerca de R\$ 4 bilhões para o chamado Fundo da Pobreza, por que não lutar para que o mínimo atinja os R\$ 177? — indagou, responsabilizando o governo por uma possível manutenção do piso em R\$ 151.

Rocha defende votação do novo salário mínimo até o dia 22

Segundo parlamentar, governo manobra para que a apreciação da matéria seja adiada com o objetivo de criar “um fato consumado”

Como integrante da comissão mista que analisa a medida provisória que fixou o novo valor do salário mínimo, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) fez um apelo ontem ao presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, para que inclua a matéria na Ordem do Dia antes de 22 de abril, data prevista para a votação.

De acordo com o senador, há uma predisposição do governo federal em não permitir que o Congresso altere o valor estabelecido (R\$ 151) ou vote a medida provisória até o dia 22. Para o senador, o adiamento da votação fará com que “haja um fato consumado” e o governo poderá, assim, manter o salário em R\$ 151.

Rocha argumentou que “o governo usou de má fé” pelo fato de não ter enviado um projeto de lei aos parlamentares, em vez da MP, quando ainda havia prazo para tramitação. Em sua opinião, na primeira vez em que o



Rocha rebateu Malan e considerou “insignificante” o investimento social feito pelo governo FHC

PFL se colocou ao lado dos trabalhadores por um salário mínimo mais justo, o governo isolou o partido ao atribuir a responsabilidade pelo aumento “irrisório” do mínimo ao Ministério da Previdência, pasta ocupada pelo ministro Waldeck Ornelas, senador li-

cenciado do partido.

Ele disse que faltou sensibilidade ao governo para conceder um aumento maior, num momento em que “a maior mazela do país é a desigualdade social”. Para o senador, garantir um salário mínimo justo é uma forma de fazer distribuição de renda.

— O ministro Pedro Malan afirmou na comissão mista que esse governo foi o que mais investiu na área social, mas o percentual investido é insignificante diante da realidade brasileira e perto do que se gasta com o pagamento de juros da dívida externa — ressaltou Sebastião Rocha.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) frisou que, na votação do salário mínimo, “muita coisa será esclarecida e a opinião pública poderá tomar consciência de quem trata com seriedade ou com demagogia” temas que podem melhorar as condições de vida da população.

Cabral pede empenho no exame de projetos do Ministério Público

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu empenho e colaboração dos parlamentares no exame de projetos de lei enviados pelo Ministério Público ao Congresso Nacional. O senador leu, da tribuna, documento enviado a ele pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Carlos Frederico dos Santos, pedindo seu empenho na aprovação de projetos que, destacou Santos, “defendem os interesses da sociedade e guarnecem o patrimônio público”.

Santos afirma no documento, lido por Cabral, que o desempenho das funções institucionais do Ministério Público Fe-

deral está comprometido, uma vez que diversos projetos de lei de autoria da instituição, em tramitação no Congresso, estão parados há mais de um ano, por orientação do governo federal. Entre essas matérias, estão projetos que criam cargos de procurador da República, cargos de confiança e funções comissionadas, observou.

Cabral informou que foram criados 370 cargos de juiz federal em oito meses, enquanto projetos criando cargos de procurador estão parados desde 1996. Informou ainda haver 1.103 cargos de juiz federal de primeira instância



Conforme Bernardo Cabral, há 1.103 cargos de juiz federal para 338 de procurador da República

para 338 cargos de procurador da República. Ele pediu atenção para o problema, lembrando a importância do Ministério Público, cujo funcionamento é regulamentado pelo artigo 127 da Constituição.

Geraldo Althoff critica a redução da idade penal

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) se manifestou ontem contra a diminuição da idade penal para 16 anos, associando-se ao movimento catarinense Diga Não à Redução da Idade Penal. Ele destacou que, de 20 milhões de adolescentes brasileiros, 22 mil cometeram infrações em 1998 e que, para cada 100 crimes cometidos por adultos, apenas 10 são realizados por



Para Althoff, jovens são vítimas da miséria e do crime organizado

adolescentes.

— Mesmo que cometam atos infracionais graves, não representam a maioria dos jovens. A criminalidade vem aumentando em todo o país, principalmente junto aos jovens. São na maior parte vítimas da miséria cometendo pequenos delitos, muitos sob influência do crime organizado. O Estado

é que tem dificuldade de prover al-

ternativas de crescimento saudável para os adolescentes — disse.

Althoff acredita que os adolescentes não devem ser tratados da mesma forma que adultos criminosos, muito menos trancados em penitenciárias, onde a taxa de reincidência é alta e não há garantia de reintegração do indivíduo à sociedade. Para Althoff, o desemprego, a fome, a miséria e a falta de acesso a boas escolas contribuem para o avanço desenfreado da criminalidade juvenil.

Em aparte ao discurso, a senadora Thelma Siqueira Campos (PPB-TO) afirmou que, quando um jovem se torna infrator, é porque algo falta à família dele. A senadora considera importante propor ações que enfrentem essas carências, como a falta de empregos e de capacitação profissional.

Heloísa diz que é inócua MP que concede isenção para deficientes físicos

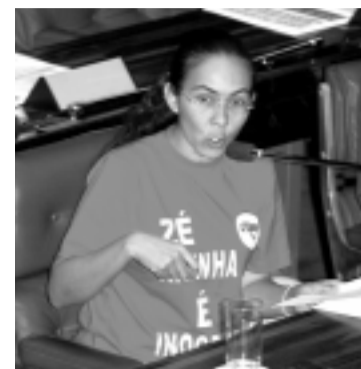
A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou “surpresa e indignação” com a decisão do governo de reeditar, sem correção, a medida provisória que concede a deficientes físicos isenção fiscal na compra de automóveis de câmbio automático, mas exige que sejam movidos a álcool. Ela explicou que a montadora que fabrica automóveis a álcool não fabrica veículos com câmbio automático, o que torna a MP “inócua e demagógica”.

Heloísa fez um apelo para que a MP seja corrigida. “Será que ninguém na Presidência da República ou nos ministérios da Justiça ou do Desenvolvimento, Indústria e Comércio viu essa aberração?”, perguntou. A senadora enviou requerimento de informações aos dois ministérios pedindo providências.

BANCO CENTRAL

Heloísa Helena manifestou também indignação com o desaparecimento, no Banco Central, dos papéis relativos ao processo do Banco Nacional:

— É imperioso que o presidente do BC, Armínio Fraga, venha ao Senado para esclarecer os mistérios sujos que levam quilos de papéis a desaparecerem sem deixar rastro. Sequer foram instaurados processos administrativos para descobrir e punir os culpados.



Heloísa Helena: ao restringir a isenção aos carros a álcool, a MP não produzirá efeito nenhum

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse esperar que Armínio Fraga compareça à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na próxima terça-feira, mesmo sem receber o convite formal, atrasado por motivos burocráticos.

— O episódio representa, no mínimo, uma trapalhada do BC. Mesmo que os papéis tenham sido enviados à Justiça, como alega o BC, isso quer dizer que o processo administrativo ficou parado durante dois anos. Segundo alguns, as punições administrativas em relação ao caso prescreverão no próximo mês de junho — disse o senador.

Wilson relata problemas de abastecimento no Recife

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) alertou para a precariedade do sistema de abastecimento de água e de esgotos da cidade do Recife, informando que a população tem sofrido graves problemas de saúde em função de tais deficiências. Ele pediu que a prefeitura da capital pernambucana se esforce no sentido de implementar um sistema de abastecimento mais adequado, precedido da criação de uma agência reguladora para o setor.

Wilson informou que existe um déficit de 40% em face das necessidades de oferta de água da cidade, “o que denota uma das piores situações, nesse item, de todas as regiões metropolitanas do país”. Um milhão e oitocentos mil habitantes na área metropolitana, acrescentou o senador, têm água apenas durante três dias por mês. Ele chamou atenção também para o fato de que somente 32,6% da população local é servida por rede coletora de esgoto. Em São Paulo, por exemplo, esse mesmo serviço cobre 83,7% da região metropolitana.

— Como conseqüência, a cidade do Recife se mantém assolada por doenças infecto-contagiosas, muriçocas e maruins (mosquitos), com seu turismo e demais atividades econômicas severamente prejudicados, perdendo não só qualidade de vida, mas também a



Wilson atribuiu as dificuldades existentes ao “descaso e incompetência das autoridades”

capacidade de gerar oportunidades de melhoria econômica para sua população — observou.

A situação é paradoxal, afirmou o senador, pois Recife é conhecida por sua abundância natural de água. “Conclui-se que o problema decorre do descaso e da incompetência das autoridades públicas responsáveis.”

Ele sugeriu que se faça uma definição clara das relações entre as concessões municipais e as empresas estatais e que se crie, também, um modelo de regulamentação em que os municípios contem com agências reguladoras locais que possam fiscalizar essas relações institucionais.

Senado envia à Câmara gratuidade do exame de DNA

Aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Justiça do Senado, projeto do senador Geraldo Cândido que viabiliza o reconhecimento de paternidade de crianças pobres deverá ser examinado agora pelos deputados

Foi enviado à Câmara dos Deputados projeto de lei do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que torna gratuitos os exames de código genético (DNA, sigla em inglês para ácido desoxirribonucleico) em processos judiciais para reconhecimento de paternidade. A proposta foi aprovada em caráter terminativo no dia 15 de março pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e seguiu diretamente para o exame dos deputados, uma vez que não foi apresen-



Cândido: exame não está disponível a quem não pode pagar

tado recurso para sua votação em Plenário.

Na justificativa da proposta, o senador Geraldo Cândido recorda que muitas mães precisam lutar na Justiça para ver a paternidade dos filhos reconhecida. E muitos processos de investigação da paternidade estão paralisados justamente porque o exame de DNA não está disponível a quem não o pode pagar. “Enquanto isso não acontece, crianças encontram-se desamparadas, pelo simples fato de ser impossível econo-

micamente a realização do exame de DNA”, observa o senador.

O projeto recebeu o voto favorável dos 12 senadores presentes à reunião da CCJ, além do presidente da comissão, José Agripino (PFL-RN), que não vota. Foi rejeitada emenda proposta pela relatora da matéria, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), que retirava o prazo de 90 dias para que o governo federal regulamente a nova lei. Os exames terão de ser solicitados pelo Ministério Público ou pela autoridade judiciária, e deverão ser executados em unidade hospitalar pública ou conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS).



O Plenário iniciou a discussão em segundo turno da proposta que disciplina o pagamento dos precatórios judiciais

Limites aos anabolizantes e à ação do BC foram decisões da semana

Restrições à atuação do Banco Central no mercado futuro do dólar e à venda de esteróides anabolizantes marcaram a atuação do Senado Federal na semana que se encerra hoje. Foram aprovadas duas emendas da Câmara a projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que visa limitar o comércio de peptídeos anabolizantes, substâncias que, segundo o parlamentar, continuam sendo vendidas normalmente nas academias de ginástica.

Foi aprovado também projeto proposto pela CPI do Sistema Financeiro determinando que a atuação do Banco Central no mercado financeiro se dará exclusivamente por meio de *dealers*, as instituições responsáveis pela compra e venda de dólares junto a terceiros. Com essa decisão, o BC ficará proibido de fazer negociações como as realizadas, ano passado, com os bancos Marka e FonteCindam. A matéria ainda será votada na Câmara.

Ao longo da semana, o Plenário aprovou também decretos legislativos renovando a concessão de sete emissoras de rádio: Radiodifusão Litoral Sul, de Paranaguá (PR); Rádio Cultura de Cajuru, de Cajuru (SP); Rádio Transcontinental, de Mogi das Cruzes (SP); Rádio Beiramar, de São Sebastião (SP); Sociedade Rádio Frutal, de Frutal (MG); Difusora Ouro Verde, de Curitiba (PR); e Fundação Senhor Bom Jesus, de Perdões (MG).

Ontem, o Plenário iniciou a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite o parcelamento, em até dez anos, do pagamento de precatórios judiciais – as somas que o poder público é obrigado a resgatar em decorrência de decisões judiciais.

Outros dois projetos destinados a disciplinar a atuação do Banco Central foram enviados ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE): o que institui novas exigências, a serem cumpridas pelo BC, na forma de apresentar a

programação monetária para o país e o que obriga as instituições financeiras a fornecer ao Sistema Central de Riscos de Crédito do BC informações precisas sobre as operações que realizam.

A mesma CAE aprovou parecer favorável ao projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, que institui novos mecanismos de controle do endividamento do poder público e fixa normas para a realização de despesas obrigatórias de caráter continuado. Em audiência pública, a CAE também debateu projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que define os direitos e garantias dos contribuintes nas suas relações com o fisco.

A Comissão de Educação (CE), por sua vez, aprovou substitutivo do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) a projeto que regulamenta o exercício da profissão de acupunturista. A comissão entendeu que, para exercer essa profissão, o candidato terá de ser, obrigatoriamente, médico, odontólogo ou veterinário. Poderá também receber o registro o profissional que estiver atuando na área há três anos.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou dois projetos de lei dispondo sobre a reestruturação dos tribunais regionais federais (TRFs) das cinco regiões, abrindo vagas para novos juízes e ampliando o número de servidores efetivos e comissionados.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em turno suplementar, substitutivo do senador Antero de Barros (PSDB-MT) a projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que obriga as empresas a empregarem pessoas portadoras de deficiência física. Debateu também a flexibilização da preservação de manguezais para criação de camarões.

Já a comissão mista destinada a estudar a medida provisória que fixou o novo valor do salário mínimo ouviu os ministros da Fazenda, Pedro Malan; do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, e da Previdência, Waldeck Ornélas.

HERANÇA GENÉTICA

O DNA (ou, em português, ácido desoxirribonucleico) contém o código genético que todos os seres vivos utilizam para definir as suas características individuais. Ele é encontrado em todas as células de todas as criaturas vivas e é exclusivo daquele indivíduo, exceto no caso de gêmeos idênticos.

O teste pode ser realizado mediante a coleta do material em crianças a partir do primeiro dia de vida ou, até mesmo, depois da décima semana de gravidez.

Os testes de paternidade devem fornecer a evidência de que o homem examinado, se não foi excluído, é o pai da criança.

Cerca de **R\$ 700** é o preço mínimo de um exame do tipo realizado em laboratórios brasileiros.

0% é a margem de erro nos casos de exclusão.

99% é o grau de confiabilidade para confirmação da paternidade.

Fontes: Laboratórios Gene, Biogenetics e Reference.

Aprovado dia de vacinação contra hepatite B

Foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que institui o Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B. O relator da matéria, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), apresentou emenda ao projeto determinando que a data ocorra junto com o Dia Nacional de Multivacinação. A proposta não recebeu nenhum recurso e, por isso, seguiu na quarta-feira diretamente para a Câmara dos Deputados.

– Tendo em vista a existência



Romero Jucá presta homenagem a Hélio Campos



Nabor quer nome de Edmundo Pinto em trecho de rodovia

coincida, o que permitiria obter a oportunidade para as duas doses que são recomendadas para o sucesso dessa imunização – disse Geraldo Althoff.

Também aprovados em caráter terminativo na Comissão de Educação, foram enviados à Câmara os projetos dos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Nabor Júnior (PMDB-AC). O primeiro denomina “Rodovia Hélio Campos” o trecho da BR-174, na divisa dos estados do Amazonas e Roraima. A proposta de Nabor dá o nome de “Rodovia Governador Edmundo Pinto” ao trecho da BR-364 compreendido entre as cidades de Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC).

do Dia Nacional de Multivacinação, instituído e implementado duas vezes ao ano pelo Ministério da Saúde, parece-nos oportuno e conveniente que o Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B com ele

Saturnino estranha aumento de subsídio à petroquímica

Senador explica que não é contrário à concessão de incentivos, mas vê contradição na ampliação do benefício a um setor ao mesmo tempo em que o governo tem sido muito rigoroso no corte de gastos até na área social

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) manifestou ontem sua incompreensão em relação ao fato de o governo federal ter ampliado os subsídios concedidos à indústria petroquímica, ao mesmo tempo em que exerce um rigoroso controle sobre as contas públicas, em nome do equilíbrio fiscal. Ele cobrou uma explicação do governo ao Senado sobre a suposta contradição de favorecer um ramo industrial em detrimento de outros gastos de interesse dos trabalhadores e aposentados, ou importantes para o desenvolvimento do país.

Até o final de 1998, segundo Roberto Saturnino, o governo federal pagava R\$ 40 por tonelada para co-



Saturnino pede informações também sobre reestruturação administrativa na Petrobras

brir a diferença entre o custo da nafta (matéria-prima fundamental para a indústria petroquímica) produzida pela Petrobras e o preço pelo qual era vendida às petroquímicas. No início deste ano, o valor subiu para R\$ 240 por tonelada, o que representou um salto no que o governo gasta anualmente com este subsídio, de R\$

360 milhões para R\$ 2,1 bilhões.

— O governo federal tem sido muito rigoroso no controle de suas contas, cortando gastos até de natureza social. Também cobra rigor dos estados e é mais rigoroso ainda com os trabalhadores, como se vê agora na revisão do valor do salário mínimo. Mas, no caso da indústria petroquímica, todo esse rigor desapa-

rece e o governo tem sido até generosíssimo, desde que a Petrobras se afastou do setor — afirmou Roberto Saturnino.

Frisando não ser contra a concessão de subsídios, Roberto Saturnino salientou que outras áreas da indústria, até com maior caráter social e que empregam um grande número de pessoas, não estão recebendo os mesmos incentivos. Disse também que o valor pago como subsídio foi aumentado através de uma exposição de motivos de circulação restrita, sem que fosse publicada no *Diário Oficial* da União.

Roberto Saturnino ainda pediu ao governo um esclarecimento a respeito da reestruturação administrativa que está sendo feita na Petrobras, que implicou a divisão do departamento de engenharia da empresa. Ele quer maiores detalhes sobre a decisão, que, na sua opinião, poderá atrapalhar o desenvolvimento das atividades ligadas à área de engenharia.

Álvaro Dias condena venda de ações da Petrobras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá apreciar na próxima semana projeto de lei apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) proibindo a venda de ações ordinárias da Petrobras de propriedade da União. Ele pediu ontem o apoio dos senadores para impedir que haja uma “privatização camuflada” da empresa e, mais importante, para evitar



Álvaro Dias pediu apoio a seu projeto que proíbe a venda de ações

que a União transfira ao setor privado os lucros crescentes gerados pela estatal. O projeto deverá ser relatado por Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Em apoio a sua proposta, Álvaro Dias citou Alan Greenspan, presidente do Banco Central americano, segundo o qual o petróleo “é assunto de segurança nacional”, reserva estratégica que deve ser mantida intocada. No caso brasileiro, o senador enfatizou que a produção de petróleo caminha para a auto-suficiência.

— Economistas europeus já afirmam que não há possibilidade de redução no preço do petróleo. Se sabemos que a Petrobras obterá lucros ainda mais significativos, por que o governo quer pulverizá-los? — indagou.

Álvaro Dias, que encaminhou pedido de informações ao Ministério da Fazenda sobre a venda, considerou que as res-

postas “estão eivadas de contradições e incoerências”. Entre elas, apontou que o governo justifica a venda das ações afirmando, num momento, que a colocação das ações na Bolsa de Nova York permitirá a captação de recursos para investimentos da empresa, e, em outro, com o argumento de que os recursos reduzirão a dívida pública. “Qual a respos-

ta a ser levada em conta?”, perguntou.

Em outra incoerência, na opinião do senador, o governo afirma que pretende fazer a venda de maneira pulverizada para evitar a centralização das ações em mãos de grupos estrangeiros. Para Álvaro, o argumento é falacioso, pois dificilmente os acionistas minoritários resistirão à tentação de auferir lucros quando as ações chegarem a preços superiores aos inicialmente pagos.

Álvaro também citou artigo do jornalista Carlos Chagas, que aventa o risco de as ações, em mãos estrangeiras, resultarem em redução da produção da Petrobras sob a alegação de que importar o produto seria mais econômico.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da CAE, disse que, apesar de privatista, considera que, no caso da Petrobras, Álvaro Dias está certo.

Jucá destaca participação brasileira na reunião do BID

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou ontem a participação do Brasil na 15ª Reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada em Nova Orleans (EUA), no final de março. Ele pediu a transcrição nos Anais da intervenção do representante brasileiro, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que se pronunciou na segunda sessão plenária da reunião do BID, em 27 de março.

Depois de fazer um balanço da recuperação da economia brasileira após a crise do início de 1999, Martus Tavares enfatizou a importância da ação de organismos multilaterais como o BID na promoção de políticas de integração



Jucá pediu a transcrição nos Anais da intervenção de Martus Tavares

harmônica dos países latino-americanos, enfatizou Jucá.

O senador disse que Tavares reiterou proposta formulada pelo presidente da República durante a celebração dos 40 anos do BID, no Rio de Janeiro. A proposta é que o banco assumira e financie, em acordo com os países da América Latina e Caribe, a elaboração de um estudo que fixe eixos de desenvolvimento regional.

Jucá também informou que foi repetido convite feito anteriormente por Fernando Henrique Cardoso ao presidente do BID, Enrique Iglesias, para que as assembleias da Corporação Interamericana de Investimentos e do BID no ano de 2002 se realizem no Brasil.

Aproveitamento de hidrovias pode ser feito sem danos ao ambiente, diz Quintanilha

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) declarou a intenção de defender o aproveitamento das hidrovias no transporte de carga pesada a longa distância. “Tenho certeza de que esse uso é possível sem danificar o meio ambiente ou prejudicar as populações ribeirinhas, como afirmam algumas organizações não-governamentais (ONGs) em julgamento açodado e até tendencioso”, garantiu.

Para Quintanilha, hidrovias como a Araguaia/Tocantins/Rio das Mortes são fundamentais para escoar a produção agropecuária da região Centro-Oeste, tornando competitivos seus produtos. O senador citou estudos sobre

uso múltiplo da água, nos quais o transporte fluvial é considerado perfeitamente possível sem prejudicar os peixes ou exterminar populações indígenas que habitam as margens dos rios.

— Segundo algumas ONGs, o uso comercial traria extinção de peixes, aves e atrações turísticas, como praias, além de inviabilizar a permanência de populações ribeirinhas de índios e de brancos. Acre-



Quintanilha discorda da posição de algumas ONGs sobre hidrovias

dito haver interesses inconfessáveis por trás dessas afirmações da maioria dessas organizações — sustentou.

No mesmo pronunciamento, Leomar Quintanilha saudou a nova senadora pelo Tocantins, Thelma Siqueira Campos (PPB), afirmando que ela continuará o bom trabalho de seu irmão, Eduardo.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) também deu as boas-vindas à senadora.

Maria do Carmo critica equipe econômica por salário mínimo baixo e juros altos

A equipe econômica do governo tem uma visão “deformada e bitoladamente monetarista”, disse a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), ao protestar ontem contra duas decisões recentes: a fixação do salário mínimo em R\$ 151 e a não-redução da taxa de juros.

Maria do Carmo classificou as decisões como “extremamente



Para Maria do Carmo, equipe econômica tem visão monetarista

tor produtivo nacional.

— Somos a nona economia do mundo e ocupamos a 62ª posição nos critérios da ONU de equilíbrio de rendas da população. O aumento que se pretende dar ao salário mínimo é insignificante — afirmou.

A senadora questionou os motivos do governo para não admitir a redução da taxa de juros mesmo diante de previsões positivas para a economia. “Por que não aproveitar as condições altamen-

te favoráveis na economia nacional para reduzir drasticamente esses insuportáveis juros que criam uma permanente ciranda financeira?”, perguntou a senadora.

Lembrando que cerca de 45 milhões de pessoas são afetados pelo valor do salário mínimo, Maria do Carmo observou que o acréscimo de renda dos trabalhadores tem um efeito imediato na rede produtiva nacional.

Ela também informou que o PFL continuará lutando pelo salário mínimo de R\$ 177. “Se necessário, iremos às últimas conseqüências, na disputa pelo voto”, avisou a senadora, que recebeu manifestações de apoio dos senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Simon conclama Congresso a lutar contra a impunidade

Em uma análise da sessão plenária de quarta-feira, em que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) trocaram acusações, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) conclamou o Congresso a uma reflexão e à discussão de uma "caminhada contra a impunidade".

Para Simon, "a grande responsável" pelos fatos ocorridos na quarta-feira no Plenário do Senado é a Justiça, que "não cumpriu o seu papel de apurar denúncias". O senador acrescentou que, se a Justiça não apura "porque o pro-

cesso judicial está cheio de melindres e alterações" que a impedem de funcionar, até agora ele não recebeu, por parte do Judiciário, nada que dissesse que são necessárias alterações para que funcione melhor.

O senador recordou que cada um dos oradores apresentou em Plenário "uma montanha de recortes", alguns sobre fatos ocorridos há mais de 20 anos, "envolvendo isto e aquilo" e acrescen-



Simon: apenas um Poder faz a sua parte, o Congresso

tuou que nada aconteceu em consequência dessas denúncias:

— Este é o país da impunidade, o país em que não acontece nada, em que as manchetes, as mais escanda-

losas de hoje, são esquecidas amanhã. Este é um país em que não se cobra, em que não importa ser ou não honesto, porque é a mesma coisa — afirmou o senador.

Simon disse que o Poder Judiciário é que deveria ler os pronunciamentos feitos na sessão de quarta-feira, ressaltando que no Brasil, "campeão mundial da miséria e da impunidade, apenas um Poder faz sua parte: o Congresso Nacional".

Conselho de Ética e MP poderão analisar os dossiês de ACM e Jader

Mesa decide que Plenário vota na terça-feira requerimento do senador Roberto Freire

Os dossiês com acusações mútuas entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente nacional do PMDB, Jader Barbalho (PA), poderão ser enviados pela Mesa do Senado ao Conselho de Ética da Casa e ao Ministério Público. Em reunião realizada ontem de manhã, a que compareceram os membros titulares e suplentes, a Mesa decidiu, por consenso, encaminhar ao exame do Plenário requerimento do senador Roberto Freire (PPS-PE) propondo a apuração das denúncias dos dois parlamentares pelo Conselho de Ética e pelo Ministério Público. Informou em entrevista o primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN).

A votação do requerimento deve ocorrer na terça-feira, às 13h, mas antes de se iniciar Geraldo Melo reunirá novamente a Mesa para dizer o que encontrou de substancial nos dois dossiês. Ele exporá ainda as conclusões a que chegaram os assessores jurídicos sobre eventuais impedimentos a que a Mesa despache os documentos, caso a proposta de Freire seja aprovada. Segundo o senador, é preciso evitar que os procedimentos adotados pela Mesa venham a ser anulados.

Uma das dúvidas levantadas no encontro de ontem diz respeito à validade jurídica do encaminhamento das denúncias ao Conselho de Ética sem que nenhum dos acusadores tenha formulado representação formal contra o outro. Outra questão é o que fazer em relação às autorizações de quebra de sigilo bancário desvinculadas de um inquérito:



Melo ouvirá os líderes dos partidos sobre a questão

— Na opinião da Mesa, os documentos devem ser enviados ao Conselho de Ética e ao Ministério Público — disse o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que, com o senador Ademir Andrade (PSB-PA), esteve ao lado de Geraldo Melo durante entrevista coletiva.

Embora não tenha manifestado a posição da Mesa em relação aos dossiês,

Geraldo Melo adiantou que a reunião da terça-feira servirá para que sejam "formalizados e exarados" os despachos da documentação. O vice-presidente deixou claro que as denúncias não correm o risco de arquivamento:

— Se dois parlamentares com tamanhas responsabilidades fizeram as acusações é porque querem vê-las esclarecidas. Aqui ninguém vai jogar nada para debaixo do tapete. Agiremos ao mesmo tempo com firmeza e serenidade — afirmou o senador.

Antes mesmo da terça-feira, Geraldo Melo reunirá os líderes dos partidos para informá-los do andamento dos trabalhos da Mesa.

Em relação à troca de acusações, Geraldo Melo disse que a sociedade está esperando do Senado a atenção sobre os graves problemas do país, o que deverá nortear a atuação tanto de Antonio Carlos como de Jader Barbalho. O senador preferiu não declarar sua opinião sobre os dossiês ou seu destino para manter a isenção necessária a quem "infelizmente" ficou responsável por coordenar as ações destinadas a esclarecer as denúncias. Ele também comunicou a decisão da Mesa ao Plenário da Casa.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

—7h — Seminário "Águas 2000"
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — TV Escola — Deficiência mental 4: 7 aos 11 anos — O desafio da Escola
8h55 — Senado em Pauta
9h — Sessão Plenária (viva)
Logo após — Comissão Mista do Salário Mínimo — min. Francisco Dornelles (gravado)
13h30 — Debate: Sen. Artur da Távola e Joatan Vilela, secretário de Música do Ministério da Cultura, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após — Comissão do Salário Mínimo — Dirigentes sindicais (gravado)
19h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
20h30 — Entrevista: Sen. Jefferson Péres fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
21h — Jornal do Senado
21h30 — Consulta Marcada: Dr. Antônio Geraldo da Silva fala sobre o estresse
22h30 — Teatro Arthur Azevedo: "Solteira, casada, viúva, divorciada", peça com Lília Cabral
0h — Especial: Seletas gilbertianas

SÁBADO

1h — Debate: Senadores Amir Lando e Lauro Campos falam sobre as privatizações e a globalização da economia
1h55 — Senado em Pauta
2h — Unip: Impacto do câncer
2h25 — Senado em Pauta
2h30 — Jornal do Senado
2h55 — Senado em Pauta
3h — Cores do Brasil: Turismo em Marajó
3h30 — Entrevista: Sen. Geraldo Lessa fala sobre a poluição ambiental
3h55 — Senado em Pauta
4h — Jornal do Senado
4h30 — Unip: Impacto do câncer
4h55 — Senado em Pauta
5h — TV Escola — Deficiência física: adulto, cidadão e diferente
5h30 — Especial: Seletas gilbertianas
6h55 — Senado em Pauta
6h — Cores do Brasil: Turismo em Natal
6h30 — Agenda Econômica: O economista Raul Velloso fala sobre as contas públicas e o Orçamento da União
7h25 — Senado em Pauta
7h30 — Entrevista: Sen. José Jorge fala sobre salário mínimo
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h30 — TV Escola — Deficiência mental 1: Ameaça ou oportunidade
8h55 — Senado em Pauta
9h — ABD no Ar: A Volta da Lei do Curta
9h55 — Senado em Pauta
9h30 — Consulta Marcada: Dr. Antônio Geraldo da Silva fala sobre o estresse
10h30 — Especial: Seletas gilbertianas

10h55 — Senado em Pauta
11h — Entrevista Especial
11h55 — Senado em Pauta
12h — Jornal do Senado
12h30 — Entrevista: Sen. Marina Silva fala sobre a Agência Nacional de Águas
12h55 — Senado em Pauta
13h — Cores do Brasil: Turismo em Goiás Velho
13h30 — Agenda Econômica: O economista Raul Velloso fala sobre as contas públicas e o Orçamento da União
14h30 — Espaço Cultural: Show Blues e Bossa
15h55 — Senado em Pauta
16h — Entrevista: Sen. Nabor Júnior fala sobre a prestação de contas das obras públicas
16h30 — Especial: Seletas gilbertianas
16h55 — Senado em Pauta
17h — Revista Brasília
18h — TV Escola — Deficiência mental 2: 0 aos 3 anos — estimulação intensiva
18h30 — Especial: Xanana Gusmão
18h55 — Senado em Pauta
19h — ABD no Ar: A Volta da Lei do Curta
19h25 — Senado em Pauta
19h30 — Cidadania: Senadores Edison Lobão e Jorge Bornhausen falam sobre o Código de Defesa do Contribuinte
20h30 — Entrevista: Sen. Jefferson Péres fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
20h55 — Senado em Pauta
21h — Jornal do Senado
21h30 — Teatro Arthur Azevedo: Show "Natural do Rio de Janeiro", de Zé Renato
22h55 — Senado em Pauta
23h — Entrevista Especial
23h55 — Senado em Pauta
0h — Especial — Seletas gilbertianas

DOMINGO

0h30 — Especial: Xanana Gusmão
0h55 — Senado em Pauta
1h — Cidadania: Senadores Edison Lobão e Jorge Bornhausen falam sobre o Código de Defesa do Contribuinte
1h55 — Senado em Pauta
2h — Unip: Paciente terminal
2h25 — Senado em Pauta
2h30 — Jornal do Senado
2h55 — Senado em Pauta
3h — Cores do Brasil: Turismo em Sergipe
3h30 — Entrevista: Sen. Jefferson Péres fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
3h55 — Senado em Pauta
4h — Jornal do Senado
4h30 — Unip: Paciente terminal
4h55 — Senado em Pauta
5h — TV Escola — Deficiência mental 2: 0 aos 3 anos — estimulação intensiva
5h30 — Especial: Seletas gilbertianas
6h — Cores do Brasil: Turismo em São Luís do Maranhão
6h25 — Senado em Pauta
6h30 — Debate: Senadores Amir Lando e Lauro Campos falam sobre as privatizações e a globalização da economia
7h30 — Entrevista: Sen. Nabor Júnior fala sobre a prestação de contas das obras públicas
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado

8h30 — TV Escola — Deficiência mental 3: 4 aos 6 anos — estimulação intensiva
8h55 — Senado em Pauta
9h — ABD no Ar: A Volta da Lei do Curta
9h30 — Consulta Marcada: Dr. Antônio Geraldo da Silva fala sobre o estresse
10h30 — Especial: Seletas gilbertianas
10h55 — Senado em Pauta
11h — Entrevista Especial
12h — Jornal do Senado
12h30 — Entrevista: Sen. José Jorge fala sobre salário mínimo
12h55 — Senado em Pauta
13h — Cores do Brasil: Folclore goiano
13h30 — Debate: Sen. Artur da Távola e Joatan Vilela, secretário de Música do Ministério da Cultura, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas
14h25 — Senado em Pauta
14h30 — Espaço Cultural: Show Blues e Bossa
15h55 — Senado em Pauta
16h — Entrevista: Sen. Marina Silva fala sobre a Agência Nacional de Águas
16h30 — Especial: Seletas gilbertianas
17h55 — Senado em Pauta
17h — Revista Brasília
17h55 — Senado em Pauta
18h — TV Escola — Deficiência mental 4: 7 aos 11 anos — O desafio da Escola
18h30 — Especial: Xanana Gusmão
18h55 — Senado em Pauta
19h — ABD no Ar: A Volta da Lei do Curta
19h25 — Senado em Pauta
19h30 — Agenda Econômica: O economista Raul Velloso fala sobre as contas públicas e o Orçamento da União
20h30 — Entrevista: Sen. Geraldo Lessa fala sobre a poluição ambiental
21h — Jornal do Senado
21h30 — Teatro Arthur Azevedo: Show "Natural do Rio de Janeiro", de Zé Renato
22h55 — Senado em Pauta
23h — Entrevista Especial
23h55 — Senado em Pauta
0h — Revista Brasília

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
9h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste. Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação

TV exhibe especial sobre visita de Xanana Gusmão

A TV Senado exhibe neste fim de semana um programa especial com os principais momentos da visita a Brasília de Xanana Gusmão, líder da luta pela libertação do Timor Leste. O programa, que será exibido amanhã, às 18h30, no domingo, às 18h30, e aos 30 minutos de segunda-feira, focaliza de maneira especial os desafios do processo de independência da mais nova nação de língua portuguesa.

Entre outros momentos, o programa registra o encontro do líder timorense com os senadores, sua visita à Universidade de Brasília — onde, em discurso à comunidade acadêmica, destacou a língua e a cultura como pilares da cooperação entre os povos

— e uma entrevista exclusiva na qual Xanana aponta a agricultura, a construção civil e a educação como prioridades para a reconstrução do Timor Leste, definindo também os objetivos políticos estratégicos para a independência total.

Xanana: agricultura, construção civil e educação são prioridades para reconstrução do Timor Leste



Viana cobra medidas contra invasão de área indígena

Senador pede ao Ministério da Justiça que se posicione sobre a destruição de monumento construído pelos pataxós, que ele atribui a um batalhão de mais de 200 integrantes da Polícia Militar da Bahia

O senador Tião Viana (PT-AC) cobrou do governo federal providências urgentes com relação à invasão da Polícia Militar da Bahia à área indígena Coroa Vermelha e a destruição de um monumento construído pelos pataxós, em memória aos índios massacrados durante os 500 anos do Brasil. Ele apresentou requerimento à Mesa do Senado pedindo que o Ministério da Justiça se posicione o mais rápido possível sobre o episódio, considerado por ele como um atentado aos direitos humanos.

Durante seu pronunciamento, Tião Viana leu documento encaminhado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), com detalhes sobre o fato. Sob o título "Policiais invadem Coroa Vermelha e destroem monumento indígena", a correspondência informa que a destruição do "Monumento à Resistên-

cia", como era chamado pelos índios, ocorreu às 22 horas da terça-feira, e foi executada por um batalhão de mais de 200 policiais militares.

O texto do Cimi explicou ainda que o monumento seria inaugurado durante a Conferência Indígena, prevista para os dias 18 e 22 de abril, e consistiria em um mapa da América Latina, desenhado no solo em pedra. Por dentro, os artesanatos indígenas simbolizariam a ocupação da terra antes da chegada dos portugueses.

De acordo com a carta lida por Tião Viana, desde que os trabalhos de construção do monumento começaram, o poder público tentou impedir a continuidade das obras. As primeiras tentativas, segundo o Cimi, foram de intimidação direta à comu-



Tião Viana considera a invasão da área indígena na Bahia como um atentado aos direitos humanos

nidade indígena. Na tarde da segunda-feira, informa ainda o documento, pessoas ligadas ao Conselho de Desenvol-

vimento Regional (Conder) interpelaram os índios com grosserias e argumentando que os índios não poderiam construir nada no local até o dia 26 de abril.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) expressou seu repúdio ao ato de força que culminou com a destruição do monumento indígena. Ele disse esperar que o governo federal tome as providências necessárias e garanta a manifestação dos índios pataxós. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) considerou abominável a atitude executada pela Polícia Militar baiana. Ela informou que os partidos de oposição já encaminharam um documento ao presidente Fernando Henrique Cardoso solicitando garantias para que as comunidades indígenas e as representações da sociedade possam ter assegurado seu direito de livre manifestação.



Suplicy entende que a decisão da Justiça do Espírito Santo colabora com a paz no campo

Suplicy aplaude Justiça capixaba por absolver José Rainha

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a decisão da Justiça do Espírito Santo que absolveu o líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, José Rainha Júnior, da acusação de duplo homicídio. Na opinião de Suplicy, o veredicto colabora com a paz no campo e para que os trabalhadores rurais e todos os que desejam a reforma agrária continuem lutando por uma política fundiária mais justa.

Ao absolver José Rainha, disse Suplicy, os jurados conseguiram se libertar do pensamento político do líder do MST e julgaram o caso de acordo com as provas incluídas nos autos do processo, reconhecendo que ele não teve participação nenhuma nos assassinatos, que ocorreram em Pedro Canário, a 270 km de Vitória (ES), durante conflito entre sem-terra e seguranças do fazendeiro José Machado, em junho de 1989.

Eduardo Suplicy parabenizou os advogados de defesa de José Rainha, Aton Filho e Luiz Eduardo Greenhalgh, e a todos os que contribuíram pelo resultado do julgamento. Em especial ele homenageou o coordenador da defesa, o jurista Evandro Lins e Silva, que, segundo Suplicy, ao ser indagado se aos 88 anos já pensava em se aposentar, respondeu: "O júri para mim é uma tentação. Sempre que me perguntam qual foi minha maior atuação, eu respondo: a próxima".



Rocha pediu ao presidente do Senado que indique membros da comissão que entregará o prêmio

Rocha quer viabilizar homenagem a Darcy Ribeiro

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) solicitou ontem ao presidente do Senado que indique os cinco membros que deverão integrar a comissão que, anualmente, em sessão do Congresso, entregará o Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro, destinado a premiar contribuições relevantes à causa da educação brasileira.

Rocha lembrou que a resolução que cria o diploma em homenagem ao antropólogo, romancista, político e senador Darcy Ribeiro foi publicada no *Diário do Senado* em 13 de agosto de 1999. Para proceder à apreciação e à escolha dos vencedores, deverá ser formado um conselho a ser integrado por cinco membros do Congresso Nacional e por seu presidente que, por sua vez, fará a indicação desses parlamentares por ocasião do início de cada sessão legislativa.

Decisão opõe-se às festividades dos 500 anos, alerta Ademir

A derrubada pela Polícia Militar da Bahia de monumento levantado pelos índios pataxós, em Coroa Vermelha (BA), foi condenada ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Ele atribuiu a responsabilidade do ocorrido ao governador da Bahia, César Borges, e considerou que o fato merece a devida apuração e manifestação da Funai. O monumento homenageia a população indígena dizimada nos últimos 500 anos.

Segundo o senador, o governador teria alegado proteção ao meio ambiente para justificar sua decisão. "Se tinha objeções ao local definido pelos

índios, o governador deveria ter conversado com os pataxós sobre qual seria o lugar mais apropriado para erguer o monumento", argumentou Ademir.

Ainda conforme o parlamentar, inicialmente surgiu a informação de que a ordem partira do ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, mas hoje o ministério desmentiu qualquer interferência no assunto.

A atitude do governador, na opinião de Ademir, opõe-se a todas as festividades que estão sendo promovidas pelo governo em comemoração aos 500 anos de descobrimento do Brasil.



Ademir atribui responsabilidade pelo episódio a governador e pede apuração da Funai

Mozarildo lamenta que líderes dos índios em Roraima continuem presos



Mozarildo informou que os índios são contrários à forma como suas terras estão sendo demarcadas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) lamentou que os sete líderes indígenas presos há mais de 20 dias em Roraima, por ocupar a sede da Funai em protesto pela forma como suas terras estavam sendo demarcadas na região de Raposo, ainda não tenham sido soltos. De acordo com o senador, outras 15 lideranças dos índios, depois de aguardar por três semanas, foram recebidas ontem pelo ministro da Justiça, José Carlos Dias.

— Apesar de não ter prometido nada, o ministro disse que está acompanhando os fatos e o importante é que ele ouviu o contra-

ditório — disse.

Na terça-feira passada, o senador abordou pela primeira vez o assunto, apontando falta de providências da Funai e a demora do ministro da Justiça em receber as lideranças indígenas. Segundo ele, a insatisfação dos índios decorre da maneira como a demarcação das terras dos tuxauas, macuxis, wapixanas, taurepang e ingaricó está sendo feita em Roraima.

— Os índios querem que as demarcações sejam em bloco, enquanto a Funai insiste em fazê-las em série — explicou, atribuindo a posição da Funai à influência das organizações não-governamentais.